



Relatório e Contas Tradução



Julho de 2008

a

Junho de 2009

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. 25 Setembro nº 270 – Edifício Time Square Bloco 1,
3º Andar, C.P. 1039,

Telefs. 21 310892, 21 306045 – Fax: 21 310895

Maputo, Moçambique

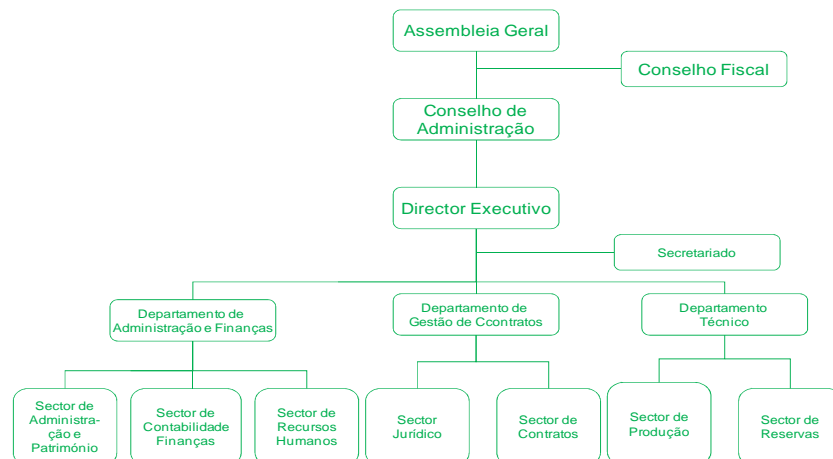
ÍNDICE

	PÁGINA
INFORMAÇÃO DA EMPRESA	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	16
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	17
BALANÇO	18
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	19
VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	20
MAPA DO FLUXO DE CAIXA	21
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22-41

INFORMAÇÃO DA EMPRESA

Nome da Empresa	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA
Número do Registo Comercial	13 259
Número Único de Identificação Tributária (NUIT)	400 10296
Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eng. John Kachamila (Presidente) ▪ Dr. Benjamim Chilenge ▪ Dr. Aboobacar Changa
Estrutura Accionista	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%) ▪ Estado moçambicano (20%) ▪ Privados Nacionais (10%)
Capital Social (30 Junho de 2009)	MT 593 411 500
Número de Acções	5 934 115
Auditores	KPMG
Endereço	Av. 25 de Setembro, 270, Edifício Times Square, Bloco 1, 3º Andar Maputo – Moçambique
País de constituição	A CMH, SA foi constituída ao abrigo das leis da República de Moçambique

Estrutura orgânica da CMH



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. John W. Kachamila

O presente exercício económico foi caracterizado pela consolidação da estrutura organizativa da empresa. A CMH continuou a honrar pontualmente todos os seus compromissos em termos de pagamento dos impostos e empréstimos, em vigor.

A empresa pagou o valor correspondente a impostos num total de US\$ 6.1 milhões, dos quais, 89% correspondem a impostos sobre os rendimentos da empresa, 10% a impostos sobre o rendimento dos trabalhadores, 1% a contribuições para o INSS, e outros.

Com relação aos empréstimos, foi efectuado o pagamento de juros no total de USD 5,1 milhões e amortizado o capital dos empréstimos no valor de USD 6,8 milhões.

A crise económica mundial registada no período resultou na queda dos preços de gás natural e de condensado praticados pelo consórcio, proprietário do empreendimento do gás natural de Pande e Temane. A queda do preço do gás teve um efeito significativo nas operações da CMH, especialmente, a partir de Janeiro de 2009.

Não obstante esta difícil situação, apraz-nos informar os accionistas que, em termos de resultados financeiros, a CMH registou no corrente exercício económico um lucro bruto apurado antes de impostos na ordem dos USD 23,6 milhões, cerca de 18% abaixo do lucro antes de impostos, reportado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2008.

Face à conjuntura internacional desfavorável, introduzimos uma política de contracção de despesas e um exercício de monitoria de custos, tendo em vista a redução dos custos operacionais no funcionamento do empreendimento de Gás Natural de Pande e Temane.

Especial atenção foi dada à formação dos quadros da empresa e tem sido preocupação constante, expressa ao operador do empreendimento de gás natural de Pande e Temane, a necessidade de integração e formação de moçambicanos, para a crescente integração nos quadros de pessoal do empreendimento de gás de Pande e Temane.

Há ainda a realçar o esforço que a empresa tem vindo a empreender, no sentido de garantir a angariação de recursos financeiros para o projecto de expansão da produção de gás natural de Pande e Temane. Foram investidos fundos próprios na ordem dos USD 23 Milhões nos campos de gás natural de Pande e Temane para a abertura de novos furos e ligações dos dois campos de gás com as respectivas condutas, o que possibilitou que o primeiro gás de Pande chegasse à Central de Processamento em Maio de 2009, garantindo assim o aumento da disponibilidade de gás para exportação.

Tempo considerável foi dedicado na busca de um financiamento adicional no montante de 90 milhões de dólares para a componente de expansão do projeto da CMH.

A introdução de capital adicional na CMH, por intermédio de acções da Classe "C", e sua admissão na Bolsa de Valores de Moçambique, obriga a empresa a criar mecanismos que possibilitem a estes novos accionistas e o público em geral, um acesso mais aberto aos dados financeiros da empresa.

Consequentemente, tivemos de ajustar a estrutura da Direcção Executiva e redesenhar o nosso website que está disponível na Internet.

Não obstante o desempenho financeiro positivo da empresa, conforme mostrado na demonstração financeira do exercício findo em 30 de junho de 2009, há ainda muitos desafios que a empresa tem que responder.

O projecto de expansão coloca a CMH sob extrema pressão financeira, o que implica um maior endividamento. Por outro lado, há ainda que conciliar as expectativas dos acionistas, no que respeita ao pagamento de dividendos dos lucros gerados, bem como dos lucros a serem gerados durante o período em que decorrerá a expansão (2010-2012).

Para terminar, aproveitamos o ensejo para endereçar os nossos agradecimentos a todos quantos apoiaram a empresa durante o período em apreço, financiadores e parceiros no empreendimento de gás natural de Pande e Temane. Gostaríamos, igualmente, de agradecer o empenho de todos os quadros da CMH, cujo abnegado esforço nos permitiu concretizar estes excelentes resultados.

Maputo 6 de Novembro de 2009

John William Kachamila
(Presidente do Conselho de Administração)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Exercício findo em 30 de Junho de 2009

O Conselho de Administração da CMH apresenta o relatório de gerência para o período findo em 30 de Junho de 2009.

1. NATUREZA DO NEGÓCIO E PRINCIPAIS ACTIVIDADES

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é uma sociedade anónima, de responsabilidade limitada, constituída em 26 de Outubro de 2000, que tem como principal objecto de actividade o desenvolvimento de operações de petróleo e gás natural. A CMH foi constituída pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), e pelo Governo de Moçambique, para conduzir as operações petrolíferas nas jazidas de gás de Pande e Temane, por um período de 30 anos.

A exploração e produção de gás nas jazidas de Temane e Pande, baseadas na zona centro de Moçambique, é regulada pelo Acordo de Produção de Petróleo celebrado entre a Sasol Petroleum Temane (SPT), a CMH e o Governo de Moçambique. De acordo com os termos do PPA, a CMH como representante do Governo tem direito a uma participação de 30%, enquanto que a SPT, na sua qualidade de operador, tem direito a uma participação de 70% na jazida de gás, o primeiro empreendimento a ser realizado, conforme o acordo. O acordo concedeu também à CMH uma opção para, posteriormente, adquirir 30% na Central de Processamento a ser desenvolvida mais tarde, a fim de processar o gás extraído da jazida. A empresa também assinou um Acordo de Operação Conjunta com a SPT, nomeando-a operador das operações de gás natural em Temane e Pande.

Nos termos de um acordo "Farm-out" datado de 19 de Outubro de 2003, celebrado entre a CMH e a "International Finance Corporation" (IFC), a CMH concordou em ceder à IFC 5% (jazida e CP) dos 30% que detém na operação conjunta. Nos termos de um Acordo sobre os Custos Passados/Custos da Central de Processamento, datado de 29 de Julho de 2005, celebrado entre a CMH, a IFC e a SPT, as partes estabeleceram os termos e as condições de reembolso pela CMH e pela IFC das parcelas que lhes competem dos custos passados e dos custos da central de processamento. Em 1 de Abril de 2006, a CMH adquiriu a sua quota na Central de Processamento, passando a deter 25% da jazida e da componente da Central de Processamento e a estar envolvida na tomada de decisões operacionais e financeiras das operações em Temane e Pande.

Como é comum nas operações de petróleo e gás a nível mundial, as operações em Temane e Pande foram estruturadas na forma de Empreendimento Conjunto Não Incorporado (UJV), em que o empreendimento conjunto não é registado como empresa separada, mas em que cada uma das partes contratantes do PPA recebe uma parte dos activos, passivos e resultados líquidos das operações.

2. RESULTADOS E ACTIVIDADES NO ÂMBITO DO UJV

2.1. Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

No ano fiscal findo em 30 de Junho de 2009, as quantidades de gás natural e condensado produzidas no âmbito do Empreendimento Conjunto Não Incorporado, foram de, aproximadamente, 107 milhões GJ e de 653 mil barris, respectivamente, conforme indica o quadro que se segue:

<i>Empreendimento Conjunto Não registado</i>	<i>2007/2008</i>	<i>2008/2009</i>	<i>Desvio</i>
Volumes de Vendas (100%)	01 Julho 07 a 30 Junho 08	01 Julho 08 a 30 Junho 09	%
Gás Natural (GJ)	106.899.025,65	106.777.511,33	-0,11
Líquido de Gás Natural (Condensado) (Bbl)	716.128,00	653.205,00	-8,79
Preço de Venda Médio			
Gás Natural (USD/GJ)	1,36	1,44	5,88
Condensado(USD/Bbl)	69,00	47,53	-31,12

Ao compararmos os dois exercícios financeiros, concluímos que no ano financeiro findo a 30 de Junho de 2009, o volume global de vendas reduziu quer para o gás natural, quer para o condensado. Enquanto a redução de gás foi de ponto onze por cento (0,11%), a redução de condensado foi mais significativa, na ordem de 8,79%. A redução nas vendas ficou a dever-se aos seguintes factores:

- Interrupção na produção e processamento de gás natural, verificada nos meses de Dezembro de 2008 e Maio de 2009 para efeito de montagem do novo equipamento e ligação de sistemas de processamento na CP, no âmbito do programa de expansão do projecto;
- Montagem de um novo compressor na central de processamento, em substituição de um antigo que apresentava falhas no funcionamento;
- Redução do caudal de produção e interrupções esporádicas da produção dos furos, no horizonte G-9Este, em Temane;
- Redução das quantidades encomendadas diariamente, por parte da Sasol Gás;
- O uso de gás nas operações de teste do sistema de transporte de gás de Pande, em Maio de 2009¹, com vista a dar-se início à exportação do gás de Pande.

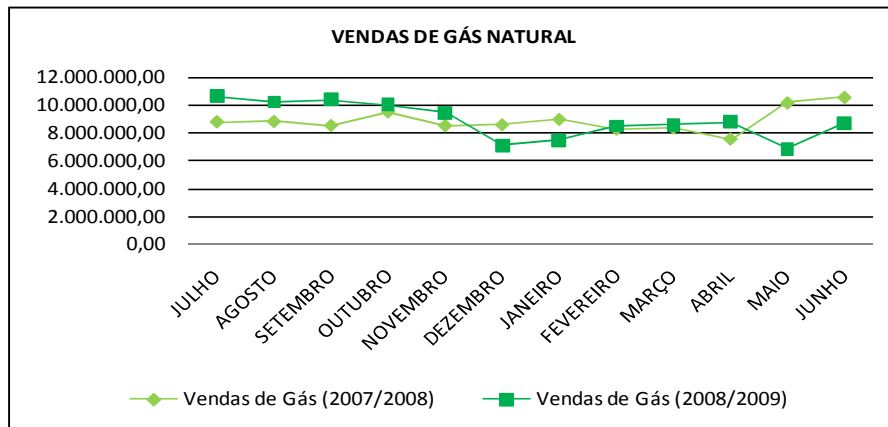
2.1.1 Vendas de gás

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume de vendas mensais de gás natural, nos anos financeiros 2007/2008 e 2008/2009. Verifica-se que houve uma queda no volume de vendas no ano financeiro 2008/2009, nos meses de Dezembro, Janeiro, Maio e Junho, na ordem de 17,56%, 16,43%, 32,30% e de 17,56%, respectivamente.

Esta queda na venda de gás natural deveu-se a três factores:

¹ O gás de Pande é muito mais seco do que o gás de Temane, fazendo com que a totalidade do gás se apresente mais seco

- Interrupções na Central de Processamento durante os meses de Dezembro de 2008 e Maio de 2009;
- Montagem do novo compressor na Central de Processamento;
- Redução das quantidades encomendadas, por parte do Cliente Âncora, a Sasol Gás.

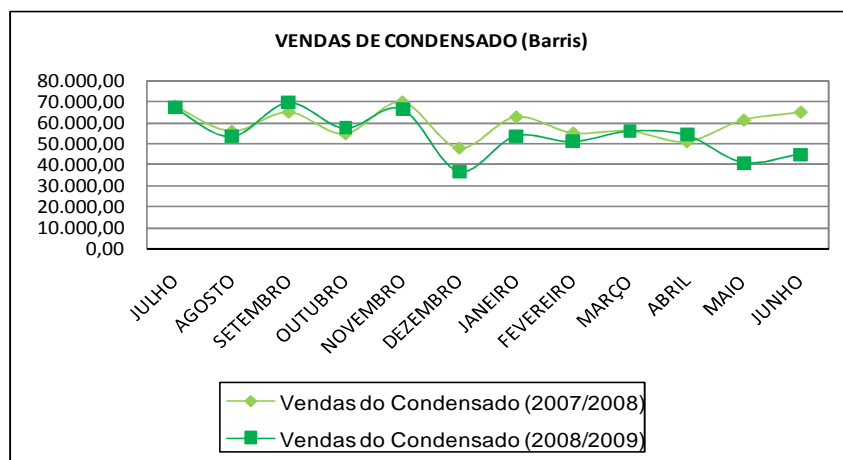


2.1.2 Vendas de condensado

O gráfico abaixo, mostra a evolução do volume de vendas mensais de condensado nos anos financeiros 2007/2008 e 2008/2009. Verifica-se que houve uma queda acentuada no volume de vendas, no ano financeiro 2008/2009, nos meses de Dezembro de 2008, Maio e Junho de 2009, na ordem de 23,27%, 32,62% e de 30,80%, respectivamente.

Esta queda verificada na venda de condensado deveu-se a três factores:

- Redução deliberada do caudal de produção dos furos de Temane, no Horizonte G-9Este, mais rico em condensado, devido à baixa do preço de petróleo no mercado internacional;
- Interrupções na Central de Processamento;
- A entrada em produção do campo de Pande, que possui um gás de características mais secas com 93,31% de metano. O gás de Temane é relativamente mais húmido, apresentando um conteúdo de metano de 90,42%.



A entrada em produção do campo de Pande teve por objectivos a utilização dos recursos disponíveis neste jazigo, o equilíbrio das pressões de produção nos dois campos e evitar a aceleração da depleção e esgotamento rápido do gás natural do jazigo de Temane.

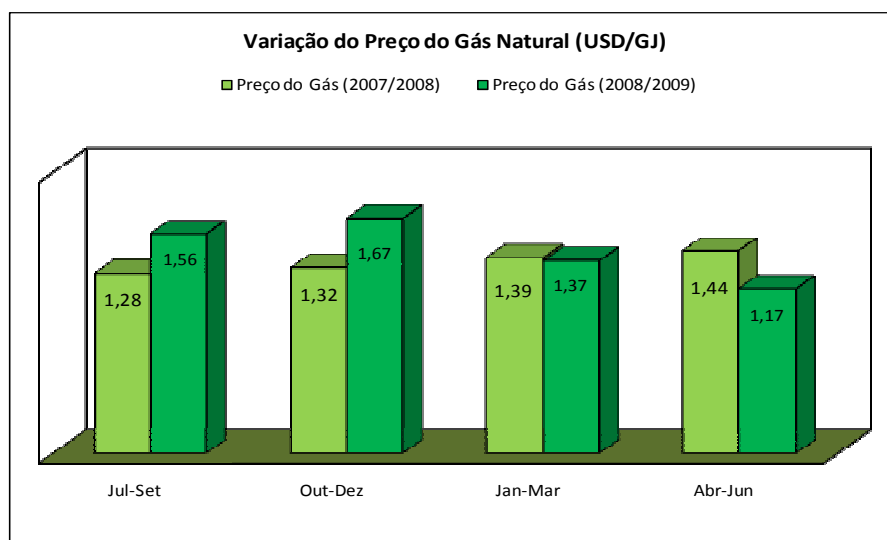
O rácio de contribuição global de produção dos dois campos, registado nos primeiros meses de produção de Pande – Junho de 2009 – foi de 70% para Pande e 30% para Temane.

2.1.3 Preços do Gás Natural e do Condensado

A variação do preço do gás natural (por gigajoule) e do condensado (por barril), durante o ano financeiro 2008/2009 foi influenciada pela variação do preço de petróleo no mercado internacional, indexado na fórmula de cálculo do preço do gás e do condensado.

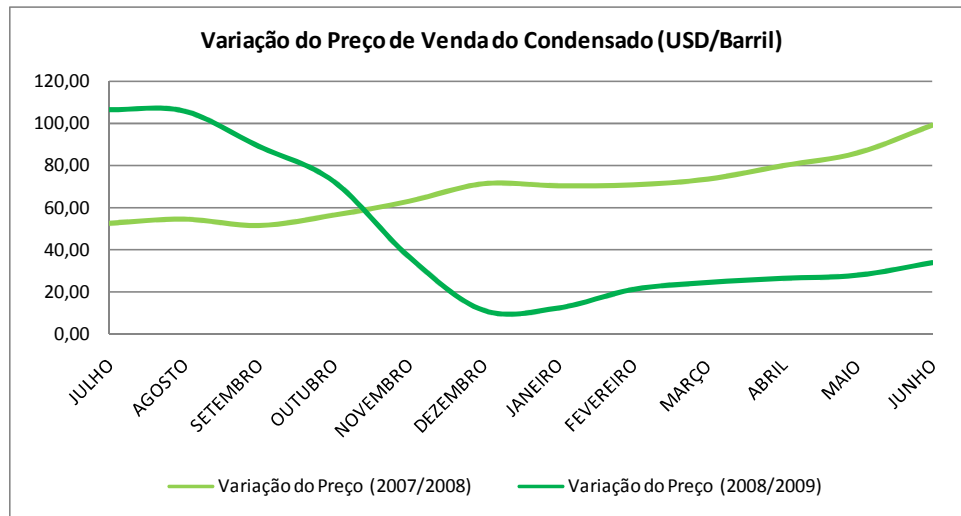
No ano financeiro 2008/2009, houve um incremento na ordem dos 5,88%, na média aritmética anual do preço de vendas globais do gás natural, por gigajoule, comparativamente ao ano de 2007/2008. Apesar de se ter registado um incremento global no preço de gás natural, no gráfico abaixo podemos verificar que este aumento só se fez sentir nos primeiros dois trimestres do ano financeiro. Nos dois últimos trimestres, o preço baixou, ajustando-se à tendência do preço do petróleo no mercado internacional.

De referir que, o preço de gás é calculado trimestralmente, enquanto o do condensado é calculado numa base mensal.



Relativamente ao preço do condensado, no ano financeiro 2008/2009, verificou-se uma queda, na ordem de 31,12%, no preço médio anual, por barril, quando comparado com o ano anterior.

Pelo quadro que se segue, podemos verificar que a queda mais acentuada ocorreu nos meses de Dezembro de 2008 e Janeiro e Fevereiro de 2009. De Novembro de 2008 até Janeiro de 2009 assistiu-se a uma redução progressiva dos preços de venda do condensado, por barril, relativamente ao ano anterior, facto que está associado à redução do preço do petróleo no mercado internacional.



2.2 Imposto sobre a Produção (Royalty Tax)

Durante o ano financeiro 2008/2009, o “Royalty Gas”² em espécie, foi de aproximadamente 3 Milhões de Gigajoules, o que corresponde a um incremento, na ordem dos 65,91%, relativamente ao ano anterior. O “Royalty” remanescente foi pago em dinheiro ao Estado Moçambicano.

2.3 Análise das Operações

2.3.1 Operações nos campos de gás

Em Outubro de 2008 terminou a campanha de perfuração iniciada em Março de 2007, tendo-se concluído:

- Execução de 9 furos em Pande;
- Execução de 2 furos em Temane;
- Conclusão de 3 furos em Pande; e
- Abandono de 14 furos no PPA.

No seguimento desta campanha, foram efectuados testes de produção aos novos furos de Pande, tendo-se detectado baixa capacidade de fluxo de gás nesses furos. Para contornar este problema, foram efectuadas estimulações aos furos, através da utilização de ácido fluorídrico. A utilização desta técnica foi bem sucedida, o que permitiu aumentar a produtividade dos furos em 70%.

Foram, igualmente, efectuados testes aos furos existentes, tendo-se verificado a necessidade de melhoramentos em 7 furos (tubagem e válvulas de segurança). A referida intervenção só será efectuada em 2010, estando a ser planeada uma nova campanha com essa finalidade.

² Imposto em espécie, sobre a produção.

Durante a campanha de perfuração terminada em Outubro de 2008, foram ainda instaladas condutas de gás que ligam os furos de Pande ao colector de linhas de Pande (cerca de 60km) e uma linha principal que liga o colector à Central de Processamento (CPF) (com cerca de 48km). Em Maio de 2009, chegou à Central de Processamento, em Temane, o primeiro gás proveniente de Pande, o qual começou a ser exportado em Junho.

2.3.2 Operações da Central de Processamento

Durante o período em análise, as operações na Central de Processamento (CP) decorreram normalmente, à excepção das interrupções verificadas nos meses de Dezembro de 2008, Janeiro e Março de 2009. Estas interrupções ficaram a dever-se às avarias verificadas nos compressores (KC-6101 e KC-6201) e à ligação da tubagem de transporte de gás de Pande para a Central de Processamento. Como consequência das interrupções na CP, a produção de gás foi afectada, mantendo-se, contudo, o nível de fornecimento global de gás previsto no contrato de fornecimento (GSA 1).

Foram as seguintes as principais operações levadas a cabo na CP durante o período:

- Finalização dos testes de pressão na conduta principal de Pande à Central de Processamento (CP);
- Interrupção geral da Central de Processamento (16 a 26 de Dezembro de 2008), para conclusão da ligação da tubagem (total de 38 ligações);
- Realização de inspecção e manutenção dos compressores Man Turbo(KC-6101 e KC-6201);
- Melhoramento e instalação da válvula de controlo do gás de alta pressão (HP fuel gas) usada nas operações, permitindo a redução em 10% da queima de gás;
- Reparação das sucessivas avarias inesperadas dos compressores de gás, KC-6101 e KC-6201, em Janeiro e Março de 2009, respectivamente;
- Realização de testes nos sistemas de produção e processamento de gás natural de Pande, em Maio de 2009;
- Início do processamento do gás de Pande, no CP, a partir de 29 de Junho de 2009, e sua exportação.

2.4 O Projecto de Expansão

Uma vez aprovada a emenda ao projecto de gás natural de Pande e Temane pelo Governo de Moçambique, em Abril de 2009, iniciaram-se os trabalhos de engenharia e aquisições para o projecto de expansão.

Entretanto, durante o período em análise, teve início a fase intermédia de expansão (caso 150 MGJ/ano), que comportou o seguinte:

- Construção de um acampamento em Pande para alojar as equipas técnicas subcontratadas;
- Construção da incineradora;
- Construção da unidade de tratamento de resíduos;
- Obras de ampliação do centro de controle de dados;

A Emenda ao Plano de Desenvolvimento, que visa a exploração de 183 MJG/ano, inclui igualmente, um projecto de produção de gás natural liquefeito (GNL). Este projecto está na fase de estudo de viabilidade, estando o seu início previsto para Dezembro de 2011.

2.5 Aspectos Legais

Com vista à regularização da co-propriedade sobre os bens do consórcio (UJV), em Setembro de 2008 foi celebrada uma escritura de co-propriedade de um imóvel localizado em Vilanculos.

Em 10 de Dezembro de 2008, foi assinado o segundo contrato de venda de gás, com a *Sasol Gas*, no âmbito da Expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Com a assinatura deste contrato, o consórcio compromete-se a vender uma quantidade adicional de 27 MGJ/ano de gás natural à Sasol Gas, com efeitos a partir da primeira nomeação e entrega de gás natural, que deve ocorrer até 31 Janeiro de 2010.

Pelo Decreto n° 10/2009, de 1 de Abril, foi aprovada a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando-se, assim, efeito à Expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane.

De notar que os conflitos decorrentes da execução dos contratos de prestação de serviços, no âmbito da Expansão, têm sido resolvidos de forma amigável.

2.6 Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

As questões relacionadas com a Saúde, Segurança e Ambiente têm sido tratadas com elevado grau de profissionalismo pelo Operador. Assim sendo, a Central de Processamento manteve, durante o ano financeiro 2008/2009 os seguintes padrões internacionais:

- OSHAS 18001 (Operações de Saúde e Segurança Ocupacional);
- ISO 14001 (Gestão Ambiental);
- ISO 9001 (Gestão das Operações do Negócio).

No âmbito do acompanhamento e controlo das actividades de campo, uma auditoria foi realizada em Outubro de 2008, pelo Ministério para a Coordenação Ambiental. O objectivo desta auditoria foi monitorar e controlar as normas ambientais no projecto. Houve também uma missão de avaliação do Banco Mundial, que concluiu que as operações estão a ser realizadas de acordo com normas ambientais aceitáveis e um relatório de divulgação foi elaborado e entregue pela missão.

2.7 Programa de Responsabilidade Social da Empresa

Durante o ano fiscal 2008/2009, o consórcio teve necessidade de rever o seu plano e orçamento de investimento social, de modo a acomodar novos projectos de apoio às comunidades. Assim, dos USD 72.000 previstos no orçamento inicial, foi necessário fazer um reforço de USD 70.000, por forma a desenvolver as seguintes actividades:

- Expansão da escola secundária de Doane (Nova Mambone – Inhambane) – este projecto permitirá duplicar a capacidade da escola e permitir que mais estudantes primários tenham acesso ao ensino primário;
- Programa de HIV-Sida com vista a mitigar os efeitos e prevenção – para o efeito, foi assinado um memorandum de entendimento com a ONG Care, com vista à implementação deste programa. Estima-se que serão beneficiários do programa 5.000 membros das comunidades vizinhas do CP, para além dos funcionários do Operador
- Construção de um sistema de abastecimento de água para a esquadra de polícia de Mangugumeta (Inhambane) – para além do pessoal afecto à esquadra, os prisioneiros beneficiaram deste projecto que terá largo impacto ao nível da sua saúde e higiene.

3 OUTRAS ACTIVIDADES DA CMH

3.1 Financiamento do Projecto de Expansão

Em Novembro de 2008, a CMH assinou com o Standard Bank da África do Sul um contrato de prestação de serviços de consultoria e aconselhamento que visa a angariação dos fundos necessários para que a CMH participe na expansão do projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Este contrato tem uma vigência de 12 meses, podendo ser renovado até que se efectue o fecho financeiro.

O processo de negociação com os potenciais financiadores está em curso, estando a sua conclusão prevista para o primeiro semestre do ano financeiro 2009-2010.

3.2 Recursos Humanos

Esta área tem sido considerada chave no desenvolvimento da empresa. A CMH aposta em jovens recém-formados para o seu quadro de pessoal.

No período de Julho de 2008 a Junho de 2009 foram admitidos na CMH mais quatro jovens, passando a CMH a contar com 19 trabalhadores. Deste número, 4 são geólogos, 1 engenheiro químico, 3 economistas, 3 juristas, 2 contabilistas, 1 técnico administrativo, 1 técnico de Recursos Humanos, 2 secretárias, 1 servente e 1 motorista.

Para que esta equipa responda às exigências requeridas pelo projecto, a CMH submete os seus colaboradores a treinos de capacitação técnica, académica e profissional, internamente ou no estrangeiro, cobrindo matérias relacionadas com a angariação de fundos, gestão internacional de petróleo, contabilidade na área de petróleo e gás, tributação nas áreas de petróleo e gás. O pessoal técnico frequentou cursos de “Engenharia de Petróleos” e “Engenharia de Produção” .

Outro exemplo notável foi a participação de membros da Direcção e do Conselho de Administração da CMH no “Seminário Internacional sobre a Promoção do Petróleo e Gás Natural, em Moçambique”, realizado em Tóquio-Japão. Neste seminário predominou a promoção das potencialidades de Moçambique na área de gás e petróleo e, no caso particular da CMH, a promoção do projecto numa altura que se procuram financiamentos para a sua expansão.

Desde Maio do corrente ano, decorre a formação de um técnico júnior da CMH pelo Operador (SPT) por um período de seis meses. Na primeira fase do treino por um período de três meses, a formação foi levada a cabo na Central de Processamento, em Temane. A segunda parte do treino está sendo efectuada em Rosebank, Johannesburg, no escritório - sede da Sasol. Esta é a primeira das várias formações a terem lugar nas instalações da Sasol e que será dirigida a técnicos júniores da CMH, com vista a reforçar a capacidade técnica da CMH.

3.3 Actividades Legais

No âmbito da angariação de financiamento para a Expansão do Projecto, foi, em Novembro de 2008, assinado um contrato de consultoria com o Standard Bank, para a prestação de consultoria financeira, por um período de um ano, terminando o referido contrato em 31 de Outubro de 2009. Com vista à disponibilização de informação sobre a expansão do projecto, a CMH encontra-se vinculada, através de Acordos de Confidencialidade, a instituições financeiras que mostraram interesse em financiar a participação da CMH na expansão.

Os Estatutos da Sociedade sofreram, durante o período, uma alteração parcial, com vista a permitir a cotação das acções da série C (representativas de 10% do capital social e detidas por privados nacionais), na Bolsa de Valores de Moçambique. Consequentemente, a partir de Abril de 2009, foi iniciada a cotação das acções da série C, na Bolsa de Valores de Moçambique.

3.4 Actividades Sociais

Para além da já mencionada comparticipação da CMH (25%), no programa social do consórcio, a CMH tem vindo, nos últimos anos, a desenvolver um plano complementar/paralelo no domínio da responsabilidade social que se baseia no apoio à educação e à ciência, à cultura e ao desporto, no compromisso com as questões ambientais e com a solidariedade e na valorização e bem-estar dos trabalhadores e da sociedade em geral.

Durante o período em reporte, um montante no valor de USD 39.400,00 foi aplicado, no âmbito da responsabilidade social, às seguintes actividades:

- Patrocínios a eventos profissionais;
- Projectos sociais de apoio às comunidades – construção de furo de água e respectivo sistema de abastecimento no orfanato de Cambine (Inhambane), doação de bens diversos ao orfanato de Cambine (Inhambane) e início do projecto de electrificação escolar em Magungumeta (Inhambane);
- Desenvolvimento de acções recreativas para promover a confraternização entre os trabalhadores do grupo ENH (em ocasiões festivas – final do ano, dia da mulher, dia trabalhador e da criança).

4. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS NIRFs

As demonstrações financeiras foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações da IFRIC, reportando-se à situação da empresa em 30 de Junho de 2009.

Em relação ao Acordo de Consentimento sobre o pré-pagamento de US\$4 milhões foi reembolsado ao DBSA (Banco de Desenvolvimento da África do Sul), pela ENH, através da CMH. Este montante foi reconhecido no Balanço da CMH como suplemento de capital.

5. DIVIDENDOS PAGOS

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada e os compromissos assumidos com os financiadores em relação à prioridade dos pagamentos autorizados, os acionistas da CMH aprovaram, em 14 de Dezembro de 2007 e 19 de Junho de 2008 e 11 de Dezembro de 2008, as Demonstrações Financeiras Anuais relativas a 2006, as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2007 e as Demonstrações Financeiras Anuais de 2008, respectivamente, bem como a distribuição de dividendos, como segue:

- Para o ano financeiro de 2006, um montante de 167.103.963 meticais,
- Para o ano financeiro findo em 30 de Junho de 2007, um montante de 75.688.632 meticais, e
- Para o ano financeiro de 2008 findo em 30 de Junho de 2008, um montante de 136. 585.712 meticais

Assim, em Janeiro de 2009, a CMH obteve permissão dos financiadores para distribuir os dividendos relativos ao ano financeiro de 2006, no valor de USD 2.217.820.

A distribuição dos dividendos remanescentes só será efectuada após a não-objecção escrita dos financiadores. Os accionistas aguardam por essa não-objecção.

6. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício findo em 30 de Junho de 2009.

7. ACCIONISTAS

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da Companhia (classe B); 20% das acções (classe A) são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% das acções (classe C) são detidas por entidades privadas (1274 accionistas particulares e colectivos nacionais).

8. RÁCIOS FINANCEIROS

	30 Junho 2009	30 Junho 2008
Rácio Cobertura Serviço da Dívida (DSCR)	4.5	4.5
Rácio Vida do Empréstimo (LOL) Ratio	2.5	2.8
Rácio Capitais Alheios versus Capitais Próprios (Debt to Equity Ratio)	21.5%	26%

7. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de Agosto de 2009, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da CMH em que foram eleitos novos membros do Conselho de Administração, para um período de 4 anos, com início em 22 de Agosto de 2009. A Assembleia Geral elegeu, por unanimidade, os seguintes membros da Mesa da Assembleia: Fortunato Albrinho (Presidente), Marta Vieira Jacob Pecado (Secretária) e Iolanda Esmeralda José Afonso Matsinhe Moisés (Secretária). Para o Conselho de Administração foram eleitos: John William Kachamila (Presidente), Joaquim Ali Caronga (Administrador) e Verónica Nataniel Macamo Ndlovo (Administradora).

Estão em curso negociações com financiadores da Sasol, com vista à obtenção de um financiamento de curto prazo de US\$ 20 milhões, destinados a atender às necessidades financeiras imediatas da CMH, até que os fundos adicionais necessários para a expansão estejam garantidos.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, as quais comportam o balanço em 30 de Junho de 2009 e a demonstração de resultados, a demonstração de alterações em capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa do período findo nessa data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são responsáveis por: desenhar, implementar e manter controlos internos pertinentes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras que estão livres de divulgações incorrectas materiais, quer devidas a fraude ou erro; seleccionar e aplicar políticas contabilísticas adequadas; e fazer estimativas contabilísticas que sejam, nas circunstâncias, razoáveis.

A responsabilidade dos administradores também inclui a manutenção de registos contábilísticos adequados, um sistema de gestão de risco eficaz, o cumprimento de todas as leis e regulamentos relevantes da República de Moçambique, assim como a preparação de tabelas complementares incluídas nas presentes demonstrações financeiras.

Os administradores procederam a uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar na devida observância do princípio de continuidade, não tendo motivos para acreditar que a empresa não continuará a operar segundo esse princípio, no próximo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa, atrás indicadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de Novembro de 2009 e vão assinadas em seu nome por:

John William Kachamila
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES (Auditores – KPMG)

BALANÇO

	Notas	Em 30 Junho 2009	Em 30 Junho 2008 (Revisto)
(Valores em USD)			
ACTIVO			
Activos não-correntes			
Activos fixos tangíveis	4	108 425 637	93 591 687
Activos fixos intangíveis	5	12 981 375	13 942 958
		<u>121 407 012</u>	<u>107 534 645</u>
Activos correntes			
Inventários	6	1 086 642	1 108 319
Dívidas entre empresas do grupo	7	709 926	1 697 821
Outros activos correntes	8	7 160 119	5 776 886
Caixa e equivalentes de caixa	9	40 702 307	37 924 176
		<u>49 658 994</u>	<u>46 507 202</u>
Total do activo		<u>171 066 006</u>	<u>154 041 847</u>
Capitais próprios			
Capital social	10	25 286 649	25 286 649
Capital suplementar	21	4 000 000	4 000 000
Reservas		16 289 150	971 127
Resultados acumulados		41 950 115	41 774 048
		<u>87 525 914</u>	<u>72 031 824</u>
PASSIVO			
Passivos não-correntes			
Empréstimos obtidos a longo prazo	11	45 466 833	52 248 056
Provisões	12	4 901 168	2 421 323
Impostos diferidos	18	15 346 001	10 641 409
Outros devedores e credores	13	62 279	-
		<u>65 776 281</u>	<u>65 310 788</u>
Passivos correntes			
Parte corrente de Empréstimos obtidos a longo prazo	11	6 781 222	6 781 222
Outros devedores e credores	13	10 982 588	7 612 384
Provisão para imposto	18	-	2 305 629
		<u>17 763 811</u>	<u>16 699 235</u>
Total do passivo		<u>83 540 092</u>	<u>82 010 023</u>
Total de capitais próprios e passivo		<u>171 066 006</u>	<u>154 041 847</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	Do exercício findo em 30 Junho 2009	Do exercício findo em 30 Junho 2008
(Valores em USD)			
Receitas	14	47 576 487	48 775 899
Royalties	14	(819 392)	(1 215 774)
Receitas líquidas		46 757 095	47 560 125
Outros proveitos		4 433	-
Custos operacionais	4,5,15,16	(18 571 841)	(14 974 382)
		28 189 687	32 585 743
Receitas financeiras		271 426	1 138 915
Despesas financeiras		(4 908 962)	(4 915 278)
(Perdas)/ganhos cambiais		84 221	(66 032)
Resultados financeiros	17	(4 553 315)	(3 842 395)
Lucro antes de imposto		23 636 372	28 743 348
Imposto sobre o rendimento	18	(5 924 462)	(8 270 614)
Lucro do exercício		17 711 910	20 472 734
Ganhos por acção			
Ganhos básicos por acção	20	2.98	3.45
Ganhos diluídos por acção	20	2.98	3.45

VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(Valores em USD)

	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais	Reservas para Investimento	Lucro/ (Prejuízo) Acumulado	Total Capitais Próprios
Saldo em 1 Julho 2007	25 286 649	-	656 151	-	26 347 967	52 290 767
Correcção do imposto diferido (nota 19)	-	-	-	-	(4 731 677)	(4 731 677)
Saldo inicial corrigido	25 286 649	-	656 151	-	21 616 290	47 559 090
Capital suplementar	-	4 000 000	-	-	-	4 000 000
Lucro do exercício	-	-	-	-	20 472 734	20 472 734
Transferido para reserva legal	-	-	1 541 780	-	(1 541 780)	-
Saldo em 30 Junho 2008	25 286 649	4 000 000	2 197 931	-	40 547 244	72 031 824
Saldo em 1 Julho 2008	25 286 649	4 000 000	2 197 931	-	40 547 244	72 031 824
Ajustamento da reserva de 2008 (ver) (a) abaixo	-	-	(1 138 074)	-	1 138 074	-
Ajustamento da reserva de 2007 (ver) (a) abaixo	-	-	(88 730)	-	88 730	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	17 711 910	17 711 910
Transferido para Reserva de investimento (ver) (b) abaixo	-	-	-	14 296 822	(14 296 822)	-
Transferido para reserva legal de 2008	-	-	1 021 201	-	(1 021 201)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(2 217 820)	(2 217 820)
Saldo em 30 Junho 2009	25 286 649	4 000 000	1 992 328	14 296 822	41 950 115	87 525 914

Nota:

(a) Nas demonstrações financeiras aprovadas pelos accionistas referentes ao exercício de 2008, uma transferência de USD 1 541 780, incluindo os montantes de USD 1 138 074 e USD 403 706 foi efectuada a partir dos resultados acumulados para reserva legal, pertencendo aos lucros dos exercícios de 2007 e 2008, respectivamente. De acordo com a aprovação dos accionistas (Deliberação 6 de 14 de Dezembro de 2007), os montantes transferidos para reservas legais devem ser calculados com base nos lucros registados nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique (GAAP moçambicano). As transferências atrás mencionadas foram calculadas sobre os lucros IFRS. Além disso, a transferência relativa ao exercício de 2008 só deve ser feita em 2009. Em resultado disto, as reservas legais foram corrigidas, por forma a reflectir as reservas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Moçambique, nos anos a que digam respeito.

(b) Transferência para reserva de investimento, aprovada na reunião dos accionistas realizada em 11 de Dezembro de 2008.

DEMONSTRAÇÃO de FLUXOS DE CAIXA

Mapa do fluxo de caixa
(valores em USD)

	Notas	Exercício findo em 30 Junho 2009	Exercício findo em 30 Junho 2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro/ (prejuízo) antes de impostos		23 636 372	28 743 348
Ajustamentos para:			
Depreciação	4,5	8 007 965	6 625 974
Perdas/ganhos cambiais – não realizados		(9 207)	66 032
Receitas de Juros	17	(271 426)	(1 138 915)
Despesas de Juros	17	4 908 962	4 915 278
		<hr/>	<hr/>
		36 342 666	39 211 717
Decréscimo / (acréc.) em dividas entre empresas do grupo		987 895	(991 396)
Decréscimo / (acrécimo) em outros devedores		(931 485)	1 184 032
Decréscimo / (acrécimo) em inventários		21 677	(101 639)
Acrécimo / (decrécimo) em outros credores		3 432 483	(2 480 204)
		<hr/>	<hr/>
Caixa utilizado nas operações		39 853 236	36 822 510
Juros recebidos		255 884	1 045 398
Juros pagos/comissões bancárias		(5 105 920)	(4 775 158)
Imposto pago		(3 977 248)	(2 790 609)
		<hr/>	<hr/>
Caixa líquido utilizado em actividades operacionais		31 025 952	30 302 141
Fluxos de Caixa de actividades de investimento			
Aquisição activos fixos tangíveis	4	(19 627 277)	(29 251 666)
Abate de activos fixos tangíveis	4	100 910	-
Dividendos pagos	26	(1 862 970)	-
		<hr/>	<hr/>
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(21 389 337)	(29 251 666)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Capital suplementar		-	4 000 000
Reembolso de empréstimos		(6 781 223)	(6 001 688)
		<hr/>	<hr/>
Caixa líquido de actividades de financiamento		(6 781 223)	(2 001 688)
(Decréscimo) / acréscimo líquido em caixa		2 855 392	(951 213)
Ganhos cambiais em valores monetários não-realizados		(77 262)	(53 235)
Caixa no início do ano		37 924 177	38 928 625
Caixa no fim do ano	9	<hr/>	<hr/>
		40 702 307	37 924 177

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do exercício findo em 30 Junho de 2009

1. Entidade a reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA ("CMH" ou "Companhia") é uma sociedade de responsabilidade limitada, constituída em 26 de outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional da empresa está exclusivamente relacionada com o desenvolvimento de operações de petróleo como sua principal actividade.

A Companhia foi nomeada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH) e o Governo de Moçambique, juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT) para conduzir as operações petrolíferas nos domínios de produção de petróleo dos campos de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo de um acordo de produção de petróleo (APP), assinado em Outubro de 2000. A CMH é também parte no Acordo Operacional Conjunto (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, abrangendo os reservatórios de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Companhia, em relação aos direitos e obrigações decorrentes do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas é de 30%, detendo a SASOL os restantes 70%. Como tal, a CMH tinha o direito de adquirir 30% de participação no projecto de gás de Pande e Temane, bem como da Central de Processamento(CP). O projecto está actualmente operacional com a SPT como operador designado.

Em 2003, a Companhia assinou o Acordo "Farm-Out", para atribuir à IFC uma quota de 5% no Acordo de Operação Conjunta, o qual reduziu os 30% detidos pela Companhia no projeto de gás natural de Pande e Temane. Levando em conta que todas as condições dos contratos anteriormente assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento da África Austral foram cumpridas, estavam, assim, criadas as condições para permitir que a CMH pudesse executar o seu direito de participação no projecto de gás natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006 foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão da participação de 5% dos direitos e obrigações ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo, celebrado entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a Sasol Petroleum Temane Lda, a CMH, e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, CMH e IFC, por meio do qual a IFC assume o interesse de participação, incluindo todos os direitos e obrigações relativos à sua participação, sendo obrigada, por força dos acordos do projeto, a isentar a CMH de quaisquer responsabilidades decorrentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de compromisso e cessão de 5% da participação no âmbito do acordo de venda de gás assinado entre a Sasol Gas, SPT, CMH e da IFC, bem como a escritura lavrada para Garantia de Desempenho (anexada ao acordo de venda de gás assinado entre a Sasol Gás e a ENH); e
- iv) O acordo de cessão de 5% de participação, ao abrigo do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos entraram em vigor em Abril de 2006, data de encerramento do exercício financeiro, altura em que a empresa fez a sua contribuição para a aquisição de 25% da componente, a montante, do projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua parte dos activos e passivos conjuntamente controlados e a sua parcela de receitas e despesas pelas quais é co-responsável.

2. Base de Preparação

Declaração de cumprimento

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e respectivas interpretações emitidas pelo IASB.

2.1 Base de Medição

Estas demonstrações financeiras anuais foram preparadas com base no princípio do custo histórico. Estas demonstrações financeiras são preparadas nos livros de contas da empresa. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas operações do Empreendimento Conjunto são baseadas nas declarações de facturamento e nas informações fornecidas pelo operador.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares americanos que é a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira apresentada em dólares americanos foi arredondada para a unidade de dólar mais próxima.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro exige que a gerência faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de activos, passivos, receitas e despesas reportados. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em todos os períodos futuros afectados.

Em particular, a informação respeitante às principais áreas de incerteza das estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas, que tenham um efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, está incluída nas seguintes notas:

Nota 18 – imposto a pagar

Nota 12 – provisão para custos de encerramento e ambientais

3. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas aqui descritas foram, consistentemente, aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Operações do consórcio

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas sob a forma de Empreendimento Conjunto Não Incorporado (UJV), o qual não é registrado como uma empresa separada, mas em que cada uma das partes no UJV, ao abrigo do Acordo de Operação Conjunta recebe a sua parte correspondente de activos, passivos e líquidos das operações.

3.2 Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são contabilizadas à taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relatório são convertidos à moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou perdas.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Activos financeiros não-derivados

Inicialmente, a Companhia reconhece os empréstimos e recebimento na data em que os mesmos se originam. Todos os outros activos financeiros (incluindo os activos designados ao justo valor através dos lucros ou perdas) são inicialmente reconhecidos na data de negociação, em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa no activo financeiro expirarem, ou a mesma transferir os direitos a receber os fluxos de caixa contratuais sobre o activo financeiro, numa transacção em que todos os riscos e prémios de propriedade do activo financeiro são, substancialmente, transferidos. Todos os juros nos activos financeiros transferidos que sejam criados ou retidos pela Companhia, são reconhecidos como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira, quando e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e pretender liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A empresa tem os seguintes activos financeiros não-derivados: activos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas, mantidos-até-à-maturidade, empréstimos e devedores e activos financeiros disponíveis-para-venda.

Activos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas. Um activo financeiro é classificado ao valor justo através de lucros ou perdas, no caso do mesmo ser classificado como mantido para-comercialização ou designado, como tal, aquando do seu reconhecimento inicial. Os activos financeiros são designados ao valor justo, através de lucros ou perdas, se a Companhia gerir esses investimentos e tomar decisões de compra e venda baseadas no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada da Companhia ou estratégia de investimento. Aquando do reconhecimento inicial, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em lucros ou perdas, conforme forem sendo incorridos. Os activos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas são avaliados ao valor justo, sendo as alterações do mesmo reconhecidas em lucros ou perdas.

Activos financeiros mantidos-até-à-maturidade. Se a Companhia tiver a intenção positiva e a capacidade de manter títulos de dívida até à data de vencimento, então, esses activos financeiros são classificados como mantidos até-à-maturidade. Os activos financeiros mantidos até-à-maturidade são, inicialmente, reconhecidos pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, os activos financeiros mantidos até-à-maturidade são avaliados pelo custo amortizado, usando o método do juro efectivo, menos qualquer perda por redução do valor recuperável. Todas as vendas ou reclassificações de investimentos mantidos até-à-maturidade, com valor insignificante e que não se aproximam da sua maturidade resultariam na reclassificação de todos os investimentos detidos até-à-maturidade como disponíveis-para-venda, e impediria a empresa de classificar os títulos de investimento como mantidos até-à-maturidade, quer para o ano financeiro corrente, quer para os dois anos financeiros subsequentes.

Empréstimos e devedores. Os empréstimos e devedores são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo. Esses activos são inicialmente reconhecidos ao valor justo acrescido de todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, os empréstimos e

devedores são avaliados ao custo amortizado, com utilização do método do juro efectivo, menos todas as perdas por redução do valor recuperável. Nos empréstimos e devedores incluem-se os clientes e outros devedores. (ver nota 8).

Nos itens de caixa e equivalentes de caixa estão incluídos os valores monetários em cofre e os depósitos com maturidades originais de 3 meses ou inferiores. Os descobertos bancários que sejam reembolsáveis à vista e que sejam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como uma componente de caixa e equivalentes de caixa com o propósito de elaborar o mapa de fluxo de caixa.

Activos financeiros disponíveis-para-venda. Os activos financeiros disponíveis-para-venda são activos financeiros não-derivados que são designados como disponíveis para-venda e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os mesmos são avaliados ao valor justo, sendo que as suas variações, com excepção das perdas por imparidade são reconhecidas noutros resultados abrangentes e apresentados em capitais próprios na reserva de valor justo. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o lucro ou prejuízo acumulado noutras receitas abrangentes é transferido para lucros ou perdas.

b) Passivos financeiros não-derivados

Inicialmente, a Companhia reconhece os títulos de dívida e os passivos subordinados na data em que os mesmos são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados ao valor justo através de lucros ou perdas) são inicialmente reconhecidos na data da transacção, em que a Companhia passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais cessam, são canceladas ou expiram. Os activos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar, numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e empréstimos a longo prazo, descobertos bancários, e fornecedores e outros credores. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos ao valor justo mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são avaliados ao custo amortizado, com utilização do método do juro efectivo.

c) Capital social

Acções Ordinárias. As acções ordinárias são classificadas como capital próprio. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão de acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de efeitos fiscais.

d) Dividendos

Os respectivos dividendos são reconhecidos como distribuições no capital próprio, após aprovação pelos accionistas da Companhia.

3.4 Propriedade, instalações e equipamento

(i) Reconhecimento e medição

Os itens de propriedade, instalações e equipamento são avaliados pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todas as despesas directamente atribuíveis incorridas na aquisição do activo. O custo dos activos de auto-construção inclui o custo dos materiais e do trabalho directo, todos os outros custos directamente atribuíveis

para colocar o activo em condições de executar o trabalho para o qual o mesmo se destina, e os custos de demolição e remoção dos itens e de restauração do sítio em que os mesmos estão localizados

Quando partes de um item de propriedade, instalações e equipamento têm tempos de vida útil diferentes, os mesmos são registados como itens separados (principais componentes) de propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na venda de um item de propriedade, instalações e equipamento são determinados por comparação dos lucros de venda com o valor contabilístico da propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos líquidos em “outros proveitos” na demonstração de resultados. Quando os activos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de excedentes de reavaliação são transferidos para lucros não-distribuídos.

(ii) Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um item de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados numa parte desse item fluirão para a Companhia, podendo o seu custo ser medido de forma fiável. O valor contabilístico da parte substituída deixa de ser reconhecido. O custo do dia-a-dia resultante da prestação de serviços de manutenção à propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em lucros ou perdas conforme forem incorridos.

(iii) Depreciação

Para os activos não produtivos, a depreciação é reconhecida em lucros ou perdas, com base no método das quotas constantes ao longo da vida útil estimada de cada uma das partes de um item de propriedade, instalações e equipamento. Os activos arrendados são depreciados ao longo do período de arrendamento ou do seu tempo de vida útil, quando inferior, a menos que seja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade dos mesmos no fim do prazo de arrendamento. A terra não é depreciada.

São os seguintes os tempos de vida útil estimados para o períodos, actual e comparativo:

-Veículos motorizados	4 anos
- Equipamento	4 – 10 anos

Os métodos de depreciação, os tempos de vida útil e os valores residuais são revistos no fim de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5 Custos de exploração, avaliação e desenvolvimento

O método de esforços bem sucedidos é usado para levar a cabo as actividades de exploração de gás e de avaliação.

Após conclusão de um poço exploratório, a entidade pode ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas, quando, depois da análise de dados geológicos e de engenharia, parece haver uma razoável certeza, que estas reservas poderão ser recuperadas no futuro, nas actuais condições económicas e operacionais.

O custo dos poços de exploração, através dos quais se descobriu e provou existir potencial de reservas de petróleo e gás é capitalizado como activos minerais em propriedade, instalações e equipamento. Estes custos continuam capitalizados, enquanto se aguarda pela determinação do achado comprovado de reservas de petróleo e gás, desde que satisfeitas as seguintes condições: (i) existirem reservas de petróleo e gás suficientes para justificar as despesas de capital necessárias para a conclusão do poço, como um poço produtivo, (ii) existir uma perfuração de poços

exploratórios adicionais em curso ou planeada para um futuro próximo, e (iii) estarem a ser feitos suficientes progressos para avaliar a existência de reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica e operacional para desenvolver a propriedade.

Se as condições atrás mencionadas não forem satisfeitas ou se as informações obtidas levantarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projeto, os custos são imputados à conta de resultados. Progressos nesta matéria são reavaliados pelo menos anualmente, de modo a garantir uma justificação suficiente para assumir as despesas dessa pesquisa e avaliação como um activo.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projecto para a produção de novos ou substancialmente melhorados produtos e processos. As despesas de desenvolvimento só são capitalizadas se os custos de desenvolvimento puderem ser avaliados com um grau razoável de fiabilidade, se o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, se forem esperados benefícios económicos no futuro, e se a Companhia pretender e possuir recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo. As despesas de capital incluem o custo dos materiais, o trabalho directo e os custos indirectos directamente atribuíveis para preparar o activo para o seu uso pretendido. Os custos dos empréstimos relacionados ao desenvolvimento da qualificação de activos são capitalizados ao custo do activo que se qualifica. Todas as outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou perdas, quando incorridas.

As despesas incorridas na perfuração e equipamento dos poços de desenvolvimento nas propriedades comprovadas, são capitalizadas como activos minerais em propriedade, instalações e equipamentos, na data em que o trabalho tiver início.

3.5 Custos de exploração, avaliação e desenvolvimento (continuação)

As despesas de desenvolvimento capitalizadas são avaliadas ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de demolição, baseia-se no método das unidades de produção, numa base campo-a-campo, calculada com base nas reservas de petróleo e gás, estimadas, comprovadas e desenvolvidas. Os outros itens de propriedade, instalações e equipamentos são amortizados ao longo da sua vida útil estimada.

3.6 Locações

As locações, nos termos das quais a Companhia assume substancialmente todos os riscos e prémios de propriedade são classificadas como locações financeiras. Após reconhecimento inicial, o activo tomado de arrendamento é avaliado por um valor igual ao seu valor justo e ao valor actual, quando inferior ao que a Companhia paga como valor mínimo de aluguer. Após reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável a esse activo.

As outras locações são consideradas locações operacionais, sendo que os bens arrendados não são reconhecidos no Balanço da Companhia.

Os pagamentos das locações operacionais são reconhecidos em lucros ou perdas, segundo o método de quotas constantes, durante a vigência do contrato de arrendamento. A Companhia adoptou nas suas demonstrações financeiras a IFRIC 4, *Determinar Se um Acordo Contém uma Locação*, que é obrigatória para os exercícios que tenham início em/ou depois de 1 de Janeiro de 2006.

3.7 Activos incorpóreos

Os activos incorpóreos são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e imparidade. Os activos incorpóreos só são reconhecidos se dos mesmos puderem fluir benefícios económicos para a Companhia, e os custos dos activos puderem ser avaliados com um grau de fiabilidade razoável. Os activos incorpóreos comportam apenas os direitos de concessão para a exploração e produção de gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Acordo de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000 (ver nota 1). Esse activo incorpóreo é depreciado segundo o método de quotas constantes ao longo de um período de 20 anos.

Despesa subsequente

A despesa subsequente só é capitalizada se a mesma aumentar os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que a mesma diz respeito. Todas as outras despesas, incluindo a despesa de trespasse e marca gerada internamente, são reconhecidas em lucros ou perdas, conforme forem incorridas.

Amortização

Os activos incorpóreos são amortizados pelo método de unidades de produção descrito na nota 3.5.

3.8 Provisões

As provisões para recuperação ambiental e as acções judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados; é provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar a obrigação e, o montante foi calculado de forma fiável. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. A provisão para a reabilitação do sítio é reconhecida como e quando o passivo ambiental surgir.

Sempre que um encerramento e uma obrigação ambiental decorrer das actividades de desenvolvimento das minas, os respectivos custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando essa mesma obrigação decorre da actividade de produção da mina, os custos são imputados. As provisões são determinadas por desconto dos fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos que reflecte as taxas actuais do mercado e os riscos específicos do passivo. Os encargos com as provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do respectivo activo, são adicionados ou deduzidos do valor contabilístico do activo.

Sempre que houver várias obrigações semelhantes, determina-se a probabilidade de vir a ser exigida uma saída de recursos na liquidação, considerando-se a classe das obrigações, como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de recursos, em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações, seja ínfima. As provisões são avaliadas pelo valor actual da despesa esperada para liquidar a obrigação, com utilização de uma taxa antes do efeito do imposto que reflecte as avaliações actuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para a obrigação. O aumento das provisões, devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

3.9 Imparidade dos activos

Os valores contabilísticos dos activos da Companhia, com excepção das existências, são revistos na data de cada balanço, com vista a determinar se existe alguma indicação de imparidade. No caso de existir essa indicação, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida quando o valor contabilístico de um activo ou a sua unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor recuperável dos devedores da Companhia, avaliado pelo custo amortizado, é calculado pelo valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, descontado à taxa de juro efectivo original inerente ao activo. Os devedores de curto prazo não são descontados.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o seu valor realizável líquido e o seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor corrente, utilizando uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecte as avaliações actuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere entradas de caixa largamente independentes das dos outros activos, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Uma perda por imparidade é anulada no caso de ter havido uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade só é anulada na medida em que o valor contabilístico do activo não exceder o valor contabilístico que fosse determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

A Companhia possui uma única unidade geradora de caixa que consistirá da sua futura quota de 25% dos fluxos de caixa gerados pelos campos de gás de Temane e Pande e pela Central de Processamento (ver Nota 1 e Nota 3.1).

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o lucro ou prejuízo do ano compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos em lucros ou perdas. O imposto corrente é o imposto que se espera pagar ou receber sobre o rendimento tributável ou prejuízo do ano, usando as taxas legisladas ou substancialmente legisladas à data do balanço, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitante a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporais entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de relato financeiro e os valores utilizados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é medido às taxas de imposto cuja aplicação se prevê para as diferenças temporais quando as mesmas são anuladas, com base nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data do relatório. Os activos e passivos de imposto diferido são compensados se houver um direito legalmente executável para compensar os activos e passivos fiscais correntes, e os mesmos dizem respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam liquidar os passivos e activos do imposto corrente numa base líquida ou os seus activos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um activo de imposto diferido é reconhecido por prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporais dedutíveis, na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, e contra os quais as diferenças temporais possam ser utilizadas. Os activos de imposto diferido são revistos na data de cada relatório e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o respectivo benefício fiscal será realizado.

3.11 Benefícios dos empregados

O custo de todos os benefícios dos empregados de curto-prazo, tais como, salários, direito a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o trabalhador presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus esperado somente quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou construtiva de efectuar tal pagamento e desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.12 Existências

As existências são registadas pelo seu custo histórico ou pelo valor líquido realizável, quando inferior. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição das existências, custos de produção e conversão e outros custos incorridos para colocá-las na sua presente localização e estado.

O custo é determinado como segue:

- Líquidos de gás natural (método do primeiro a entrar, primeiro o sair – FIFO)
- Processo, manutenção e outros materiais (preço do custo médio ponderado)

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio, menos o custo de execução e as despesas de venda.

3.13 Reconhecimento da Receita

A receita proveniente da venda de gás natural e líquidos de gás natural no âmbito das actividades normais é medida pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida dos royalties pagos ao governo, devoluções, impostos indirectos, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando existe prova convincente, na forma de um acordo de vendas de gás executadas, cujos riscos e prémios de propriedade significativos tenham sido transferidos para o comprador, quando a recuperação da retribuição é provável, quando os custos associados e possível retorno de bens possam ser estimados de forma fiável, quando não há envolvimento contínuo da gerência com as mercadorias e o montante da receita possa ser medido de forma confiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade geralmente ocorre quando o gás ou líquidos são fisicamente transferidos para um navio, oleoduto ou qualquer outro mecanismo de entrega.

O “royalty” é imposto sobre o petróleo produzido em território moçambicano, a partir de um jazigo de petróleo. A base fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de alguma deficiência nas operações de petróleo ou de negligência. O “royalty” é cobrado (imposto) em 5% do valor do gás natural condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e tratamento.

3.14 Dividendos

A distribuição de dividendos aos accionistas da Companhia não é reconhecida como exigibilidade nas demonstrações financeiras da Companhia no período em que os dividendos são declarados. Os dividendos só serão efectivos após a não-objecção a ser dada, por escrito, pelos financiadores.

3.15 Plano de contribuição definido

As contribuições efectuadas ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definido, que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, baseiam-se numa percentagem dos salários, sendo reconhecidas como despesa no ano em que forem incorridas.

3.16 Outros benefícios de longo-prazo dos empregados

As obrigações de pagar benefícios de curto-prazo aos empregados são avaliadas numa base não-descontada e são pagas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida para o valor que se espera pagar, a curto prazo, ao abrigo de planos de pagamento de bónus, se a empresa tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar este valor como resultado de um serviço que o empregado tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser

estimada de forma fiável.

3.17 Receita financeira e custos financeiros

A receita financeira comporta a receita de juros nos fundos investidos (incluindo os activos financeiros disponíveis-para-venda), ganhos na venda de activos financeiros disponíveis-para-venda, alterações no valor justo dos activos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas. A receita financeira é reconhecida em lucros ou perdas quando vencida, usando o método do juro efectivo.

Os custos financeiros compreendem as despesas com juros sobre os empréstimos, a anulação do desconto nas provisões, as alterações no valor justo dos activos financeiros ao valor justo através de lucros ou perdas, perdas por redução do valor recuperável reconhecidas nos activos financeiros.

Os custos do empréstimo que não sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível são reconhecidos em lucros ou perdas, usando o método do juro efectivo.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados numa base líquida.

3.18 Segmento a reportar

A Companhia tem apenas um segmento – as suas operações de gás natural, não havendo nenhum outro segmento.

3.19 Ganhos por acção

A Companhia apresenta dados de ganhos básicos e diluídos por acção (EPS) para as suas acções ordinárias. Os ganhos básicos por acção são calculados dividindo o lucro ou o prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, ajustado para as próprias acções detidas. Os ganhos diluídos por acção são determinados pelo ajustamento do lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, ajustado para acções próprias detidas, para efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluídas, que comportam notas convertíveis e opções de acções concedidas aos empregados, se houver.

3.20 Normas emitidas mas ainda não adoptadas

São as seguintes as normas, emendas às normas e interpretações emitidas (mas que não foram adoptadas durante o exercício findo em 30 de Junho de 2008) e que são relevantes para a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos:

- Emenda à IFRS 2 *Pagamentos numa base participada – Condições de Aquisição e Cancelamentos* (efectiva para os exercícios iniciados em/ou depois de 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 1 Revista *Apresentação de Demonstrações Financeiras* (efectiva para os exercícios iniciados em/ou depois de 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 23 Revista *Custos de Empréstimos* (efectiva para os exercícios iniciados em/ou depois de 1 Janeiro de 2009);

Não é esperado nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em resultado da adopção destas normas e interpretações.

4. Activos fixos tangíveis

	Viaturas equipamento USD	Activos Exploração USD	Imobilizações em curso USD	Total USD
Custo				
Em 1 Julho 2008	645 821	67 199 969	43 268 617	111 114 407
Acréscimos	158 986	15 738 591	6 072 204	21 969 781
Abatimento	(100 910)	-	-	(100 910)
Transferências	-	34 582 006	(34 582 006)	-
Saldo em 30 Junho 2009	<u>703 897</u>	<u>117 520 566</u>	<u>14 758 815</u>	<u>132 983 278</u>
Depreciação acumulada				
Em 1 Julho 2008	215 512	17 307 207	-	17 522 719
Acréscimos	155 130	6 961 252	-	7 116 382
Abatimento	(81 460)	-	-	(81 460)
Saldo em 30 Junho 2009	<u>289 182</u>	<u>24 268 459</u>	<u>-</u>	<u>24 557 641</u>
Valores contabilísticos				
Em 1 Julho 2008	<u>430 309</u>	<u>49 892 762</u>	<u>43 268 617</u>	<u>93 591 688</u>
Em 30 Junho 2009	<u>414 715</u>	<u>93 252 107</u>	<u>14 758 815</u>	<u>108 425 637</u>
Divulgação adicional			Jun-09 USD	Jun-08 USD
Acréscimos do Corrente ano			21 969 781	29 669 503
Ajustamentos por itens não-monetários - provisão ambiental capitalizada			(2 343 504)	(417 837)
De acordo com o mapa de fluxo de caixa			<u>19 627 277</u>	<u>29 251 666</u>

5. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 Julho 2008	<u>19 231 666</u>
Saldo em 30 Junho 2009	<u>19 231 666</u>
Amortização acumulada	
Em 1 Julho 2008	5 288 708
Amortização do ano	<u>961 583</u>
Saldo em 30 Junho 2009	<u>6 250 291</u>
Valores contabilísticos	
Em 1 Julho 2008	<u>13 942 958</u>
Em 30 Junho 2009	<u>12 981 375</u>

Os activos incorpóreos comportam os direitos de concessão para o desenvolvimento do projecto de gás (Pande e Temane) que foram transferidos da ENH. Os activos incorpóreos são amortizados segundo o método das quotas constantes ao longo da sua vida actual estimada.

6. Inventários

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Condensado	-	-
Material de manutenção	1 086 642	1 108 319
	<u>1 086 642</u>	<u>1 108 319</u>

7. Dívidas entre-empresas do Grupo

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos – ENH	707 777	1 695 436
Companhia Moçambicana de Gasoduto, SA	2 149	2 385
	<u>709 926</u>	<u>1 697 821</u>

7.1. ENH

	Jun-09 USD
Devedores	766 127
Credores	<u>(58 350)</u>
	<u>707 777</u>

O montante a receber da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP diz respeito aos adiantamentos efectuados pela ENH à CMH (USD 648 943) e ao empréstimo concedido pela CMH à ENH (USD 1 415 071). O montante de USD 58 350 resulta dos pagamentos efectuados por eles em nome da CMH antes do ano financeiro de 2006.

8. Outros activos correntes

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Juros sobre os activos correntes do Empreendimento Conjunto Não-registado	3 553 767	5 662 843
Clientes	3 237 491	5 418 162
IVA	316 276	244 681
Outros devedores	3 606 352	114 043
Devedores – trabalhadores	1 991	7 083
IVA	147 434	77 401
Antecipações Activas	23 718	18 521
Outras antecipações activas	2 981 461	11 038
Imposto sobre o rendimento a recuperar	451 748	-
	<u>7 160 119</u>	<u>5 776 886</u>

O saldo dos activos correntes do Empreendimento Conjunto Não-registado corresponde a 25% dos activos controlados em conjunto, do projecto de Gás Natural de Pande e Temane, à data de 30 de Junho de 2009.

9. Caixa e equivalentes de Caixa

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Cheques em mãos	832	69 022
Caixa e Bancos	40 701 475	37 855 154
Conta "onshore" da CMH	2 739 232	1 209 901
Conta de receitas	12 221 253	26 720 388
Conta de reserva de despesas de capital	10 499 959	12 979
Conta "Off-shore"	1 507 248	25 844
Conta do serviço da Dívida	6 500 915	7 060 685
Conta de reserva de Capitais Próprios	7 232 868	2 825 357
Caixa e Equivalentes de Caixa para propósitos de elaboração do Mapa de Fluxo de Caixa	<u>40 702 307</u>	<u>37 924 176</u>

10. Capital Social

	%	Jun-09 Valor (USD)	%	Jun-08 Valor (USD)
4 153 880 acções ordinárias possuídas pela Companhia Nacional de Hidrocarbonetos, EP com valor nominal de USD 4.26 por acção	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias possuídas pelo Estado Moçambicano, com valor nominal de USD 4.26 por acção	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias de Classe "C" detidas pelos 1 274 accionistas privados com valor nominal de USD 4.26 por acção	10	2 528 665	10	2 528 665
Total capital social autorizado, emitido e realizado	<u>100</u>	<u>25 286 649</u>	<u>100</u>	<u>25 286 649</u>

11. Empréstimos obtidos

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Não-correntes		
Banco de Desenvolvimento da África austral (i)	19 444 444	22 222 222
Agência Francesa de Desenvolvimento (ii)	17 378 111	20 051 667
Banco Europeu de Investimento (iii)	8 644 278	9 974 167
Parcela não-corrente de empréstimos que rendem juros	<u>45 466 833</u>	<u>52 248 056</u>

11. Empréstimos obtidos (Continuação)

Correntes

Banco de Desenvolvimento da África austral (i)	2 777 778	2 777 778
Agência Francesa de Desenvolvimento (ii)	2 673 556	2 673 556
Banco Europeu de Investimento (iii)	1 329 888	1 329 888
Parcela corrente de empréstimos que rendem juros	<u>6 781 222</u>	<u>6 781 222</u>

i) A CMH e o Banco de Desenvolvimento da África austral (DBSA) celebraram um acordo de empréstimo em 22 de Outubro de 2004, ao abrigo do qual a CMH está autorizada a tomar de empréstimo USD 40 000 000, a serem reembolsados até 22 de Outubro de 2008. Os montantes não desembolsados são sujeitos a uma comissão de mobilização de fundos de 0.5% por ano, a ser cobrada a partir de 22 de Outubro de 2004. Os valores desembolsados e não reembolsados, rendem juros à taxa Libor (6 meses) mais uma margem de 6%. Um total de USD 29 000 000 foi sacado, sendo reembolsável até 31 de Março de 2017 (o reembolso começa 36 meses depois de ter sido efectuado o primeiro desembolso), numa base bianual. O empréstimo é garantido pelos seguintes acordos de segurança: hipoteca de 2ª. Prioridade sobre os activos imóveis e móveis, penhores de 2ª prioridade sobre a propriedade e contas bancárias do projecto, cessão dos direitos de seguros sobre os activos e cessão das posições contratuais e todos os direitos a favor dos credores.

ii) A CMH celebrou um Acordo de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento em 9 de Dezembro de 2004, ao abrigo do qual é concedido à CMH um empréstimo de USD 24 062 000. Deste valor, um total de USD 22 725 000 já foi utilizado. Os montantes desembolsados e não reembolsados rendem juros à taxa de 8.45% e são reembolsáveis de 31 de Março de 2008 a 20 de Setembro de 2016, numa base bianual. O empréstimo é garantido pelos seguintes acordos de segurança: hipoteca de 1ª. Prioridade sobre os activos imóveis e móveis, penhores de 1ª prioridade sobre a propriedade e as contas bancárias do projecto, cessão dos direitos de seguros sobre os activos e cessão das posições contratuais e todos os direitos a favor dos credores.

iii) A CMH celebrou um Contrato de Financiamento com o Banco Europeu de Investimento em 22 de Outubro de 2004, ao abrigo do qual é concedido à CMH um fundo de USD 11 968 966. Os montantes desembolsados e não reembolsados rendem juros à taxa de 8.677% e são reembolsáveis de 31 de Março de 2008 a 30 de Setembro de 2016, numa base bianual. O empréstimo é garantido pelos seguintes acordos de segurança: hipoteca de 1ª. Prioridade sobre os activos imóveis e móveis, penhores de 1ª prioridade sobre a propriedade e as contas bancárias do projecto, cessão dos direitos de seguros sobre os activos e cessão das posições contratuais e todos os direitos a favor dos credores.

12. Provisão para abandono, desactivação e restauração Ambiental

Os movimentos na conta de provisão podem ser analisados como segue:

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Saldo de abertura em 1 Julho 2008	2 421 323	1 944 086
Juro Nacional	137 341	59 400
Capitalizado em propriedade, instalações e equipamento	2 342 504	417 837
Saldo de fecho em 30 Junho 2009	<u>4 901 168</u>	<u>2 421 323</u>

Uma provisão é reconhecida para o valor actual dos custos futuros com a demolição, reabilitação e encerramento das instalações de produção de gás e gasodutos, com base nos requisitos das autoridades governamentais competentes e na política ambiental do operador, tendo em conta o actual ambiente tecnológico e as exigências regulamentares. Esta provisão deverá ser utilizada a partir de 2030.

13. Outros devedores e credores

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Passivo corrente do Empreendimento Conjunto	8 726 750	5 980 423
Fornecedores	8 339 068	5 747 683
Antecipações passivas	387 682	200 248
Outras	-	32 492
Outros credores	2 318 118	1 631 961
Fornecedores de imobilizado e outros	1 190	-
Pessoal – não corrente	62 279	-
Taxa Liberatória, IRPS e segurança social	18 227	24 367
Outros credores	1 146 138	26 431
Antecipações passivas	1 090 284	1 581 163
	11 044 868	7 612 384

O saldo do passivo corrente do Empreendimento Conjunto corresponde a 25% do passivo do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane, à data de 30 de Junho de 2009.

14. Receitas

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Gas e condensado	47 576 487	48 775 899
“Royalties”	(819 392)	(1 215 774)
	46 757 095	47 560 125

15. Despesas com o pessoal

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Remuneração dos empregados	1 269 652	708 321
Remuneração dos Administradores	450 335	279 007
Segurança Social	16 011	12 748
Formação	234 338	220 638
Transporte dos empregados	-	544
Outras despesas com o pessoal	633	3 813
	1 970 969	1 225 071

16. Outras despesas

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Consórcio – partilha de despesas		
Salário e custos relacionados		
Contribuição para o INSS	183 277	209 442
Salário e outros custos relacionados	1 578 530	1 649 028
	<u>1 761 807</u>	<u>1 858 470</u>
Outros custos operacionais	6 761 099	5 264 867
	<u>8 522 906</u>	<u>7 123 337</u>

17. Resultados financeiros

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Custos financeiros		
Juro pagos pelos empréstimos	4 734 088	4 821 435
Juro nocional	137 341	59 400
Outros encargos bancários	37 533	93 843
	<u>4 908 962</u>	<u>4 915 278</u>
Receita financeira		
Margem financeira	(271 426)	(1 138 915)
(Ganho) /perda cambial	(84 221)	66 032
	<u>4 553 315</u>	<u>3 842 395</u>

18. Imposto sobre o Rendimento

	%	Jun-09 USD	%	Jun-08 USD
Imposto corrente				
Reconciliação da taxa de imposto efectivo				
Lucro do exercício		23 636 372		28 743 348
Despesas não deduzíveis		148 362		100 117
Efeito da depreciação acelerada de acordo com o PPA		(10 964 434)		(11 797 190)
Impacto da taxa de câmbio e outros ajustamentos entre MOZGAAP/IFRS		(5 849 608)		(3 700 605)
Prejuízo de exercícios anteriores		-		(170 647)
		<u>6 970 692</u>		<u>13 175 023</u>
Imposto calculado à actual taxa PPA	35,0%	2 439 742	35,0%	4 611 258
Incentivos fiscais 50% de acordo com PPA	17,5%	(1 219 871)	17,5%	(2 305 629)
Imposto corrente	17,5%	<u>1 219 871</u>	17,5%	<u>2 305 629</u>
feito do Imposto diferido		4 704 591		5 964 985
Imposto sobre o rendimento líquido		<u>5 924 462</u>		<u>8 270 614</u>

18. Imposto sobre o Rendimento (continuação)

Imposto Diferido – Activos intangíveis

	Period	Period
Depreciação dos direitos de concessão		
Montante em Meticais 33,33% por ano	140 217 225	186 881 540
Montante em USD 33,33% por ano	5 241 765	7 777 010
Montante em USD 5% por ano	961 583	961 584
Diferença	4 280 182	6 815 426
Imposto diferido - 32% (a)	1 369 658	2 180 936

Imposto Diferido – Activos de Exploração

	Period	Period
Depreciação dos activos da mina		
Montante em Meticais (PPA)	464 993 028	417 161 990
Montante em USD (PPA)	17 382 917	17 360 050
Montante em USD	6 961 253	5 534 898
Diferença	10 421 664	11 825 152
Imposto diferido – (32%) (b)	3 334 933	3 784 048

Imposto Diferido – Total

	Period	Period
Saldo de abertura	10 641 410	4 676 424
Imposto diferido (a) + (b)	4 704 591	5 964 985
Impostos diferidos	15 346 001	10 641 409

Imposto sobre o rendimento a pagar

	Period	Period
Saldo de abertura	2 305 629	2 790 609
Pagamento	(2 305 629)	(2 790 609)
Imposto corrente	(1 219 871)	(2 305 629)
Pagamento antecipado	1 671 619	-
Saldo de fecho – devedor/(credor)	451 748	(2 305 629)

As autoridades fiscais moçambicanas não confirmam a aceitação dos processos de contas, cuja avaliação está a seu cargo. Os referidos processos permanecem em aberto e estão sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. Os administradores são de opinião que não irão resultar ajustamentos ou multas significativas no que respeita aos anos em aberto, caso os mesmos sejam sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

19. Alterações nos valores comparativos

Divulgação de um erro do exercício anterior relativo aos impostos diferidos

Os valores comparativos relativos aos impostos diferidos foram corrigidos devido a um erro de cálculo do imposto diferido nos exercícios anteriores, resultante das alterações efectuadas no balanço, demonstração de resultados e na demonstração do movimento em capitais próprios e na nota 18 referente à tributação. Esta correcção deve-se ao imposto diferido relativo aos activos da mina (a companhia pode depreciar os activos que digam respeito ao desenvolvimento e operação ao longo de um período de 4 anos para cálculo do imposto, enquanto estes activos são amortizados nos livros durante a utilização das reservas de gás natural) não incluídos no cálculo do imposto diferido nem no passivo de imposto diferido existente, não sendo calculado à taxa a aplicar aquando da liquidação da dívida, de acordo com a IAS 12.47. A referida correcção teve o seguinte efeito:

19. Alterações nos valores comparativos (Continuação)

	Montantes	Saldos
	Ajustados	Ajustados
Do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007	USD	USD
Decréscimo no lucro acumulado	4 731 677	21 212 584
Acréscimo no passivo de imposto diferido	4 731 677	4 676 425
	Montantes	Saldos
	Ajustados	Ajustados
Do exercício findo em 30 de Junho de 2008	USD	USD
Acréscimo na dívida de imposto	4 773 533	8 270 614
Decréscimo no lucro do exercício	4 773 533	20 472 734
Decréscimo no lucro acumulado	4 772 286	41 774 048
Acréscimo no saldo do passivo de imposto diferido	4 772 286	10 641 409

20. Ganhos por acção

Os ganhos básicos por acção foram calculados com base no lucro líquido de imposto de USD 17 711 910 (Junho 2008: USD 20 472 734) dividido pelo número médio de acções na emissão de 5 934 115 (Junho 2008: 5 934 115).

Os valores dos ganhos diluídos por acção são iguais aos dos ganhos básicos por acção, uma vez que a companhia não tinha instrumentos financeiros diluídos à data do balanço.

21. Instrumentos financeiros e Gestão de Risco

A exposição aos riscos da moeda, crédito, liquidez e taxa de juro resulta no decurso normal do negócio da Companhia. Os riscos da Companhia são continuamente monitorados. Os instrumentos financeiros mostrados no balanço incluem os recursos de caixa, clientes, fornecedores e empréstimos de longo prazo.

Esta nota apresenta informação sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos atrás mencionados, os objectivos, políticas e processos da Companhia para avaliar e gerir o risco, e a gestão de capital da Companhia.

O Conselho de Administração é inteiramente responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Companhia.

As políticas de gestão de riscos da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controlos de risco adequados, e para controlar os riscos e a adesão aos limites. Políticas e sistemas de gestão de riscos são revistos periodicamente, por forma a reflectir as mudanças nas condições de mercado e nas actividades da Companhia. Esta, através da sua formação e das normas e procedimentos de gestão, visa desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados compreendam as suas funções e obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisa como a gerência monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco da Companhia e analisa a adequação da estrutura de gestão de risco, em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

21.1 Risco do Mercado

O risco do Mercado é o risco das alterações nos preços do mercado, tais como as taxas de câmbio e de juro poderem afectar os rendimentos da Companhia ou o valor dos instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco do mercado é gerir e controlar as exposições ao risco do mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno sobre o risco.

O principal risco a que a Companhia está exposta é a alteração no preço do petróleo. O preço do gás é calculado com base no Crude do Dubai, Gasóleo e Fuelóleo com Alto teor de enxofre (HSFO), de Singapura, sendo ajustado a cada trimestre.

21.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte para um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelos devedores da Companhia.

A administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada, uma vez que a parte mais significativa do saldo de devedores da CMH pertence ao sócio do Empreendimento Conjunto. Os outros devedores são principalmente as associadas. A máxima exposição ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço.

Exposição ao risco de crédito

O valor contabilístico dos activos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. A seguinte, foi a máxima exposição ao risco de crédito à data do relatório:

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Devedores entre-empresas do Grupo	709 926	1 695 748
Cientes e outros devedores	7 160 119	5 766 886
Caixa e equivalentes de caixa	40 702 307	37 924 176
Exposição líquida	<u>48 572 352</u>	<u>45 386 810</u>

Os devedores/clientes atrás mencionados incluíam as vendas a um cliente-âncora, a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited. Antiguidade dos clientes à data do relatório:

	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Não vencido	<u>6 218 953</u>	<u>5 766 886</u>

Com base nas taxas de defeito históricas, a Companhia acredita não ser necessária nenhuma provisão para imparidade, no que respeita a clientes/devedores.

21.3 Risco da moeda

A Companhia incorre em riscos, como resultado das aquisições em moeda estrangeira. A moeda que dá origem ao risco

da moeda, com a qual a Companhia realiza os seus negócios é o Metical Moçambicano. No caso de uma taxa de câmbio aumentar ou diminuir em 1%, o impacto no nosso resultado seria de cerca de US 6,500.

Exposição ao risco da moeda

A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi como segue, com base em valores em meticais:

			Jun-09 MZM	Jun-08 MZM
Clientes			148 833	2 638 806
Fornecedores			(1 898 202)	(57 933 975)
			<u>(1 749 369)</u>	<u>(55 295 169)</u>
	Taxa de câmbio média		Taxa de câmbio à vista	
Data do relatório	30 Junho 2009	30 Junho 2008	30 Junho 2009	30 Junho 2008
MZM por USD	25.32	23.92	26.75	24.04

21.4 Risco de liquidez

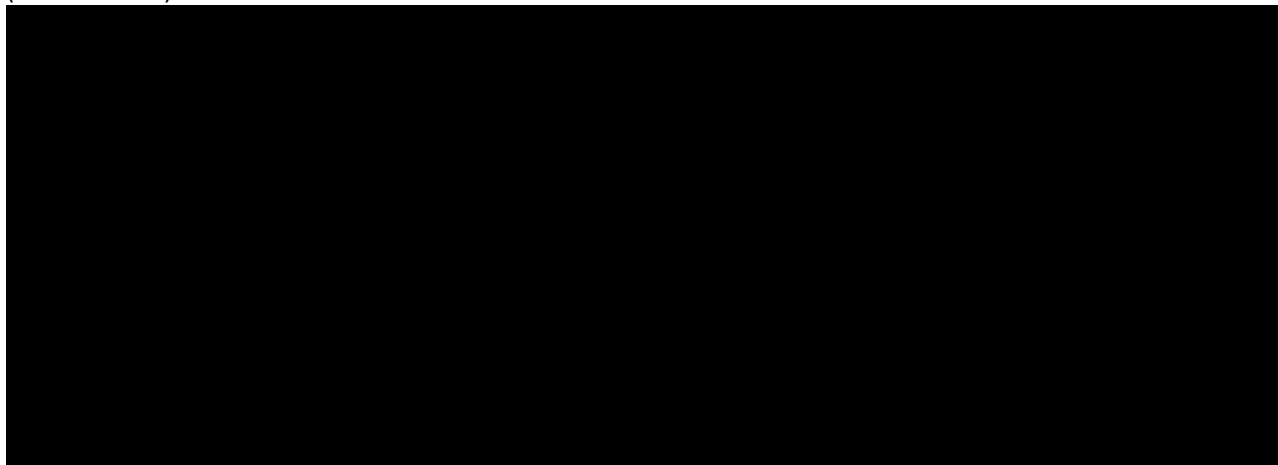
O risco de liquidez é o risco que a Companhia incorre no caso de não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras no período em que as mesmas passam a ser obrigações da Empresa.

A abordagem da Companhia para gerir o risco de liquidez, é assegurar que, na medida do possível, a mesma terá sempre liquidez suficiente para fazer face às suas obrigações, quando devidas, sob condições normais e sob pressão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazos

Normalmente, a Companhia garante que tem dinheiro suficiente à ordem, por forma a poder satisfazer as despesas operacionais esperadas de curto prazo, incluindo a manutenção de obrigações financeiras.

As seguintes são as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas:

(Valor em USD)



21.5 Risco da taxa de juro

A Companhia está exposta às alterações nas taxas de juro sobre os seus empréstimos. A política geralmente adoptada pela Administração da Companhia é assegurar que os seus empréstimos sejam negociados a taxas relacionadas com o mercado, como forma de se precaver contra o risco da taxa de juro.

	Valor contabilístico	
	Jun-09 USD	Jun-08 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Passivo financeiro	<u>30 025 801</u>	<u>34 029 278</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivo financeiro	<u>22 222 222</u>	<u>25 000 000</u>

Os instrumentos de taxa variável baseiam-se na LIBOR (6 meses). Esta taxa sofreu uma variação muito significativa no exercício transacto. Se houver uma redução de 1% na taxa de câmbio, o impacto no nosso resultado seria de US 222.222, aproximadamente.

22 Capital Suplementar

No âmbito dos acordos de financiamento existentes, assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), a ENH comprometeu-se a contribuir com capital necessário para atingir o rácio dívida/capital próprio, tendo os accionistas se comprometido a contribuir com US\$ 4 000 000 (Quatro milhões de dólares americanos), a fim de cumprir a exigência desse rácio e, como resultado, foi assinado o Termo de Consentimento para pagamento do Adiantamento do Empréstimo Adicional de USD 4 000 000, tendo o montante sido pago em Junho de 2008. Consequentemente, nos termos do artigo sexto dos Estatutos da CMH e dos artigos 303 e 304 do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital suplementar. O reembolso aos accionistas - ENH (80%) e Governo de Moçambique (20%) - deve ser feito juntamente com a última parcela do empréstimo e respectivos juros, desde que as condições financeiras da Companhia o permitam.

23 Transacções com as associadas

A Companhia é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da companhia, sendo que 20% são detidos pelo Estado Moçambicano, pertencendo os restantes 10% a accionistas privados. As transacções realizadas durante o ano e os saldos com as associadas, à data do balanço, foram as seguintes:

	Jun-09	Jun-08
	USD	USD
i) Saldos de fecho apurados durante o ano		
Devedores entre-empresas do Grupo (Nota 7)		
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	707 777	1 686 904
Companhia Moçambicana de Gasoduto, SARL	<u>2 149</u>	<u>2 385</u>
	<u>709 926</u>	<u>1 689 289</u>

23 Transacções com as associadas (Continuação)

ii) Valor a receber do Consórcio – UJV		
Conta corrente com o Consórcio (Nota 8)		
Outros activos na UJV (Nota 8)	3 553 767	5 662 843
	<u>3 553 767</u>	<u>5 662 843</u>
iii) Saldo de fecho apurado da aquisição de serviços, renda do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos imobilizados)		
Montante pago ao Consórcio– UJV		
Passivo corrente – UJV (Nota 13)	5 745 289	5 980 423
	<u>5 745 289</u>	<u>5 980 423</u>
iv) Vendas de gás e condensado na UJV (Note 14)		
SASOL Petroleum Temane	47 576 488	48 775 899
	<u>47 576 488</u>	<u>48 775 899</u>
v) Remuneração dos gestores-chave		
Salários e outros benefícios de curto-prazo dos empregados (Nota 15)	450 335	279 007
	<u>450 335</u>	<u>279 007</u>

24 Acontecimentos posteriores à data do balanço

Após a data do balanço, em 30 de setembro de 2009, os montantes da reserva de dispêndio de capital (capex) da empresa não eram suficientes para satisfazer a exigência de manter os fundos equivalentes ao reembolso dos empréstimos e respectivos juros dos 12 meses subsequentes. No entanto, estão em curso negociações com a *Sasol Finance*, com vista à obtenção de um financiamento-intermédio de curto prazo de US\$ 20 milhões destinado a cobrir as necessidades financeiras imediatas da CMH, até que os fundos adicionais necessários para o projecto de expansão estejam garantidos.

25 Compromissos de Capital

São os seguintes os compromissos de dispêndio de capital contratados e ainda não incorridos à data do balanço:

	Num ano USD
Dispêndio de capital do UJV	12 453 709
Aquisição de cativos tangíveis	1 550 000
	<u>14 003 709</u>

O saldo de dispêndio de capital da UJV corresponde a 25% do compromisso de sustentação do projecto de Gás Natural de Pande e Temane à data de 30 de Junho de 2009. A CMH ainda não aprovou o projecto de expansão.

26 Dividendos Pagos

Com base na situação financeira da CMH à data de 30 de Setembro de 2008, os Financiadores (AFD,EIB e DBSA) acordaram na distribuição de um dividendo para os anos financeiros de 2006 e 2007 no montante de USD 2,217,820. O dividendo por acção foi de USD 0,37 (USD 2,217,820: 593 411 500 acções). O pagamento de dividendos baseou-se nesse montante, do qual foi deduzido o valor de USD1 002,117 relativo ao juro do empréstimo adicional da DBSA, de USD 4 milhões.

	Jun-09 USD
Dividendos pagos	
ENH- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos EP (80%)	1 774 255
Governo de Moçambique (20%)	443 564
	<hr/> 2 217 820


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA
Conselho Fiscal
Parecer

1. De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, o Relatório de contas e as demonstrações financeiras do exercício Económico findo a 30 de Junho de 2009 e os respectivos anexos.
2. O Conselho Fiscal ao longo do período em análise, acompanhou as actividades desenvolvidas, tendo com satisfação registado o esforço empreendido na organização e consolidação da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos SA, no cumprimento pontual com todos compromissos assumidos com terceiros.
3. O Conselho Fiscal registou também com satisfação o esforço desenvolvido pela Companhia visando o aumento dos lucros da empresa durante o exercício económico findo, não obstante a difícil situação provocada pela crise económica mundial registada no período, o que obrigou a empresa a introduzir uma política de contracção de despesas e um exercício de monitoria de custos com vista a redução dos custos operativos, para além do esforço empreendido na angariação de recursos financeiros para o projecto de expansão da produção do gás natural de Panda e Temane.
4. O Conselho Fiscal examinou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, o Relatório de contas e as demonstrações financeiras a 30 de Junho de 2009. O exame foi efectuado de acordo com as disposições legais estatutárias aplicáveis das Normas Internacionais do Relato Financeiro e foi suportado do ponto de vista técnico, pelo Relatório de Auditoria Externa.
5. O Conselho Fiscal é da opinião que o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, o Relato de contas e as Demonstrações Financeiras a 30 de Junho de 2009, apresentadas reflectem adequadamente os aspectos materialmente relevantes, a situação da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos SA, para o exercício findo, em conformidade com os princípios geralmente aceites em Moçambique e as disposições aplicáveis.
6. O Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração está de acordo com os requisitos legais e com as contas que o acompanham.
7. Nesta conformidade o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados o Relatório, o Balanço, o Relatório de contas e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração.
8. O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento pelo esforço e dedicação demonstrado pelo Conselho de Administração e seus colaboradores, no desenho das suas funções a quem endereça votos de louvor. Aos Auditores Externos, endereça os seus agradecimentos pela colaboração prestada.

Maputo, 09 de Novembro de 2009

O Conselho Fiscal

O Presidente

(Ussumane Aly Dauto)

1º Vogal

(Afonso Mabica)

2º Vogal

(Eduardo Filimone Nhampossa)

